

**Anais do X Congresso
Brasileiro de Direito
Urbanístico**

• ANAIS •

ISBN 978-85-5722-355-4

1º edição

Even3

Palmas/TO 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Anais do X Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. Anais...Palmas(TO)
Universidade Federal do Tocantins, 2019

Disponível em <www.even3.com.br/anais/xcbdu>

ISBN: 978-85-5722-355-4

1. Direito

Universidade Federal do
Tocantins

CDD - 370

CORPO EDITORAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

ADRIANA NOGUEIRA VIEIRA LIMA

ALEX MAGALHÃES

ALINE SUELI DE SALLES SANTOS

BRUNO SOEIRO VIEIRA

CLAUDIO CARVALHO

GRAZIELA TAVARES DE SOUZA REIS

GUADALUPE DE ALMEIDA

HENRIQUE FROTA

JOÃO APARECIDO BAZZOLI

LIANA PORTILHO

LÍGIA MELO DE CASIMIRO

MARIANA LEVY PIZA FONTES

MARIANA MENCIO

MARCELO CAFRUNE

MARIELA CRISTINA AYRES DE OLIVEIRA

MIGUEL ETINGER DE ARAÚJO JUNIOR

OLÍVIA DE CAMPOS MAIA PEREIRA

ROBERTO DE ALMEIDA BOTTURA

RODRIGO FARIA GONÇALVES IACOVINI

SABRINA DURIGON MARQUES

SUYENE MONTEIRO DA ROCHA

TALDEN FARIAS

VANESCA BUZELATO PRESTES

COMISSÃO ORGANIZADORA

BETÂNIA ALFONSIN

FERNANDA COSTA

RODRIGO FARIA G. IACOVINI

HELENA DUARTE MARQUES

JOÃO APARECIDO BAZZOLI

MARIELA CRISTINA AYRES DE OLIVEIRA

OLÍVIA DE CAMPOS MAIA PEREIRA

ROBERTO DE ALMEIDA BOTTURA

X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO
GT 01 – RECONHECIMENTO, DIMENSÕES E IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À
CIDADE

LUTAS COLETIVAS POR MORADIA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO:
MAPEANDO CONFLITOS

Daniel Mendes Mesquita de Sousa¹; Glauco Bienenstein²; Regina Bienenstein³; Ana Clara Aguiar⁴; Fernanda C. Frias⁵; Marcele Gualberto⁶

Introdução

Este artigo é fruto da experiência acumulada durante o desenvolvimento, no ano de 2018, de projeto de extensão “*A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando conflitos*”, vinculado ao programa “*A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro*” do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU-UFF).

Em um primeiro momento, serão apresentados aspectos referentes à metodologia de atuação que orientou a equipe durante o desenvolvimento do projeto, cuja premissa baseou-se na participação das comunidades em todas as suas fases. Para tanto, a equipe atuou junto ao “Fórum de Luta pela Moradia” (Niterói e São Gonçalo) e ao “Conselho Popular” (Rio de Janeiro), que são coletivos de representantes das comunidades que se organizam para a luta pelo direito à moradia e à cidade. O projeto compreendeu a realização de entrevistas com diversas lideranças comunitárias, com o intuito de ampliar o diálogo com a população como quesito fundamental para entender a sua percepção do território e para a análise do que está sendo produzido pelas administrações municipais, bem como sua relação com as gestões estaduais e federais, e o que está sendo deixado de lado pelo planejamento oficial, sob pena de perpetuar uma estrutura que, via de regra, tende a invisibilizar um grande contingente populacional.

Num segundo momento, são apresentados apontamentos provenientes as discussões sobre o modelo contemporâneo de gestão e produção das cidades, com foco nas políticas públicas

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da UFF (NEPHU-UFF). E-mail: danielmendesms@yahoo.com.br.

² Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor Titular do PPGAU-UFF e Pesquisador associado ao GPDU-UFF e ao NEPHU-UFF. E-mail: glaucob01@gmail.com.

³ Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora Titular do PPGAU-UFF e Coordenadora do NEPHU-UFF. E-mail: bienenstein_regina@id.uff.br.

⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/EAU-UFF, bolsista extensionista/PROEX-UFF, vinculada ao NEPHU-UFF. E-mail: anaclaraaguiarmaciel@id.uff.br.

⁵ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/EAU-UFF, bolsista extensionista/PROEX-UFF, vinculada ao NEPHU-UFF. E-mail: fernandafrias@id.uff.br.

⁶ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/EAU-UFF, bolsista extensionista/PROAES-UFF, vinculada ao NEPHU-UFF. E-mail: mgualberto@id.uff.br.

voltadas à habitação de interesse social (HIS) e seus desdobramentos na cidade. Para tanto, uma das premissas dessa iniciativa foi conceituar a categoria conflito e como iniciar uma tentativa de explicitá-la em uma plataforma na internet.

Em seguida, apresenta-se alguns dos principais desafios enfrentados durante o processo do projeto, em especial, na operacionalização e organização do acervo proveniente dos levantamentos fotográficos e dos mapas realizados, assim, como a definição de hospedagem eletrônica adequada para a inserção dos produtos da pesquisa, materializada no sítio eletrônico elaborado pelo projeto.

Em resumo, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais, conforme a seguir indicado. Na primeira, reflete-se sobre as principais questões metodológicas pertinentes ao desenvolvimento do mapeamento realizado. Na segunda, discute-se e contextualiza-se o conceito de conflito empregado no desenvolvimento do trabalho. Na terceira, apresentam-se os resultados iniciais da pesquisa, com ênfase no desenvolvimento do sítio eletrônico do NEPHU-UFF, como é que vêm se tornando um instrumento de luta construído com as comunidades. Por fim, na última parte, são apresentadas as conclusões preliminares, assim como algumas possibilidades de pesquisa futuras que emergiram durante o percurso.

1. Metodologia da proposta

A orientação metodológica geral aqui assumida pela equipe compreende que a cidade é um campo de disputas. Portanto, analisá-la sugere, se não impõe, outro nível de entendimento, ou seja, o de que é um produto social e se insere no modo de produção capitalista como uma mercadoria. Neste contexto, considera-se necessário um olhar mais apurado sobre a centralidade de espaços e lugares de diferentes escalas nos processos sociais e espaciais contemporâneos, que têm redefinido territórios e escalas historicamente construídos (SWYNGEDOUW, 1997, apud BIENENSTEIN, G. 2001).

Desse modo, não é aqui privilegiada a orientação que prioriza a exacerbada quantificação como critério de verdade do objeto pesquisado e de confiabilidade da sua representação. Ou seja, esta reflexão contrapõe-se àquelas que não consideram fatores culturais, sociais e de vivência das áreas e, portanto, não podem representar, de forma assertiva, o que deveria estar sendo representado (KATUTA, 2013).

A operacionalização da pesquisa se deu por intermédio dos seguintes procedimentos: (i) Leitura de textos relacionados à temática relativa à cartografia crítica, à reflexão sobre o que vem a se constituir um conflito e sua natureza, notadamente, no que se refere à sua relação com as lutas pelo direito à cidade; (ii) Revisão do acervo documental elaborado pelo NEPHU, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e pelo Laboratório Globalização e MetrÓpole (GPDU); (iii) Realização de pesquisa de campo junto às comunidades envolvidas no projeto de pesquisa objeto deste relatório; (iv) Participação no curso “Diálogos sobre o Direito à Cidade e à Habitação Popular”.

A elaboração dos mapas permitiu o reconhecimento das delimitações materializadas em poligonais georeferenciadas das comunidades no território, limites esses muitas vezes ignorados pela cartografia convencional e/ou oficial, além de viabilizar a sobreposição dessa demarcação com as respectivas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) existentes, subsidiou a indicação de novas AEIS na revisão do Plano Diretor de Niterói, como o caso da comunidade de Castro Alves, na zona norte de Niterói. Tais bases resultaram na elaboração de um primeiro esforço em cartografar os conflitos existentes em comunidades que estão em luta na região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerando como critério a participação orgânica, cotidiana e reflexiva, em um dos respectivos fóruns do movimento social com eixo voltado para a luta pela moradia.

Como exemplo, podemos citar as visitas às comunidades Vila Autódromo, Vila Ambrosina, Barrinha (Rio de Janeiro); Fazendinha, Castro Alves, Lazareto (Niterói) e Zacarias (Maricá). Tais visitas foram essenciais para compreender que a luta não se dá em um único e determinado enfrentamento, mas que ela possui diferentes temporalidades, isto é, podem ser de curta, média e longa duração, dependendo dos processos políticos que contribuam para o desenvolvimento dos assentamentos. No decorrer do Projeto, percebeu-se também que, apesar das comunidades apresentarem problemas semelhantes, todas possuem peculiaridades. Nosso intuito é identificá-las e dar visibilidade às suas lutas.

A participação em eventos como Audiências Públicas, reuniões com diferentes órgãos das prefeituras, seminários, atos públicos ligados à temática, bem como na luta pelo direito à cidade durante o ano de 2018, foi de grande valia, uma vez que permitiu que a equipe tomasse contato com o que tem sido realizado enquanto política pública, tanto em termos de legislação urbana, como de produção habitacional e que interferiram ou puderam gerar conflitos no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Nesse sentido, diversos dados e informações foram analisados. Diagnósticos, artigos, histórico das comunidades, mapas e o georreferenciamento das comunidades foram estudados, entrevistas com os moradores realizadas, e o material resultantes dessas ações foi organizado e, posteriormente, disponibilizado no sítio da internet.

O diálogo entre diversos campos do conhecimento (serviço social, direito, engenharia, comunicação e arquitetura e urbanismo) foi viabilizado pelas reuniões semanais realizadas no âmbito do Programa de Extensão no qual o projeto se insere, e permitiu um profícuo debate, além de troca de experiências, sugestões e mesmo modificações na trajetória do projeto. As oficinas realizadas internamente, principalmente para ampliar o conhecimento sobre *softwares*, foram também de grande valia, proporcionando consideráveis contribuições para a construção do sítio na internet. Merece destaque ainda o constante diálogo estabelecido com o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria⁷ (NUTH) que contribuiu para a formação de uma visão crítica do cenário em que se encontra a questão da moradia na região metropolitana do Rio de Janeiro, além de

⁷ Núcleo especializado da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que atua na defesa das comunidades ameaçadas de remoção.

permitir pensar instrumentos jurídicos como a usucapião coletiva, como forma de defesa coletiva das comunidades.

A esse respeito, vale destacar a importância da participação da equipe nas reuniões com Fórum de Luta pela Moradia (FLM) e com o Conselho Popular (CP), a partir das quais foi possível acompanhar, junto aos moradores e aos movimentos sociais organizados, os conflitos e as demandas por eles trazidas. O papel dos moradores no processo de trabalho foi essencial, uma vez que as informações concernentes às comunidades e ocupações são muitas vezes invisibilizados e, portanto, de difícil acesso. Assim, foram feitas diversas entrevistas através das quais foi possível ampliar a coleta de informações necessárias para compreender e desenvolver o histórico, além de delimitar o território das respectivas comunidades.

A participação no curso experimental de extensão “Diálogos sobre Direito à Cidade e Habitação Popular” representou uma excelente oportunidade para ver e exercitar, na prática, o enfrentamento de conflitos. Como parte do referido curso foi construído coletivamente com a comunidade da Fazendinha Sapê⁸, em Niterói, o que foi denominado de “diagnóstico popular”, isto é, a sistematização do olhar dos moradores sobre seu espaço de morar e viver.

Finalmente, para a elaboração do sítio da internet, foram levantados dados e diversas ferramentas que pudessem auxiliar no alcance de tal objetivo, além de reunião com o Ministério Público, que mantém um sítio chamado “Ministério Público *em mapas*”, e com o NTI-UFF (Núcleo de Tecnologia de Informação da Universidade Federal Fluminense), o que apontou dois importantes aspectos: a necessidade de georreferenciar os dados da pesquisa e a importância do sítio na internet ser produzido junto ao NTI-UFF, de modo a garantir seu lançamento ainda no prazo do projeto. O detalhamento do processo de construção do sítio será apresentado na parte 3.1 deste artigo.

2. Sobre o conceito de conflito: Apontamentos

A moradia é um direito conquistado como desdobramento da Constituição Federal de 1988, mais precisamente na Emenda Constitucional nº 26 de 2000. A partir dela, a moradia é vista dentro do rol dos direitos sociais e compreendida não só como a casa, mas também incluindo requisitos que lhe conferem condições adequadas de salubridade, saneamento, iluminação pública, coleta de lixo e acesso a equipamentos sociais básicos (áreas de lazer, postos de saúde e escolas públicas, entre outros). No plano institucional, tal direito é assegurado pelos diversos níveis de governo, em especial as administrações municipais que têm como prerrogativa o Planejamento Urbano e a Gestão Orçamentária, conforme reforça a Constituição Federal, em seus artigos 182 e 183, os quais, posteriormente, foram detalhados na Lei nº 10.257 de 2001, denominada Estatuto da Cidade.

⁸ O Curso foi resultado da sugestão dessa comunidade que defendia a necessidade dos integrantes do FLM estarem preparados para participar de processos de discussão de propostas apresentadas pelo Executivo Municipal com as quais não concordavam. O Curso, além de conteúdo teórico repassado em rodas de conversa, incluiu uma parte prática voltada para a organização e sistematização da avaliação de seus espaços de moradia. No caso, a comunidade escolhida como estudo de caso, foi a da Fazendinha Sapê.

Entretanto, as orientações que sustentam a ideia de planejamento sofreram, especialmente a partir da década de 1990, uma contundente inflexão, voltando-se crescentemente para uma concepção de cidade voltada para os negócios, caracterizada como “*planejamento estratégico*”. Neste contexto, a compreensão da cidade radicalizada na sua forma-mercadoria sugere o acirramento de um cenário histórico em que o setor imobiliário tem vantagem na determinação do uso e do valor do solo, em detrimento de outros atributos socialmente válidos e/ou necessários. Dentre os diversos desdobramentos de tal quadro, emergem tendências que priorizam o “embelezamento” da paisagem — em grande medida por meio de arquiteturas “icônicas” — resultando, muito frequentemente, no que ficou conhecido como “limpeza social”, trazendo constrangimentos diversos para os segmentos sociais menos favorecidos, notadamente no que se refere à luta pelo direito à cidade e à moradia.

Nesse contexto, avalia-se que a universidade pública, gratuita e socialmente referenciada tem um papel fundamental, uma vez que é detentora de um acervo técnico e cultural que pertence a toda a sociedade, devendo, desse modo, retribuí-la, em especial, aos segmentos sociais menos favorecidos, no caso em tela, às parcelas excluídas da cidade formal. Nesta direção, compreende-se que é importante e necessário que sejam formados profissionais conscientes da sua função social e ética, que lutem por uma cidade mais igualitária, notadamente, por intermédio de iniciativas que possam mediar tecnicamente processos que envolvem disputas pelo (e no) espaço urbano, os quais, em grande parte, têm por objetivo liberar terras para iniciativas que nem sempre contemplam a maioria da população (BIENENSTEIN R., et al, 2017).

Nesse cenário, importante compreender o conceito de conflito para analisar e entender as disputas e problemas presentes nas cidades, o que justifica o esforço inicial de buscar um olhar mais apurado sobre tal noção. Tal orientação é reforçada à medida que se compreende que, para alcançar autonomia, é necessário que o grupo social se reconhecer nos conflitos, identificando o que nele converge e o que se dissocia.

A sociedade tende a ser o resultado das interações – possíveis – entre os grupos sociais. Nesse processo, a análise dos conflitos que emergem das diferenças sociais, buscando desvelar se tais segmentos são passivos ou omissos em relação aos acontecimentos que, direta ou indiretamente, os afetam, é vital para perceber as posições e orientações de segmentos sociais. Tal movimento permite também verificar a eclosão de situações que podem gerar o questionamento de situações de opressão, como, por exemplo, a própria desigualdade socioespacial presente nas cidades brasileiras. Ao contrário da indiferença, o conflito afeta o desenvolvimento individual e as relações coletivas (SIMMEL, 1983). Nas palavras de Vainer & Walter, “sendo a sociedade diversa, múltipla e contraditória, necessariamente produzirá e atribuirá múltiplos e contraditórios sentidos (significados) ao conflito” (CÂMARA, 2016, p. 3).

Nesta perspectiva, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Extensão têm atuado como instrumento de apoio às comunidades na defesa da sua permanência no território, sendo sempre orientadas pela perspectiva de ação “com a comunidade” e não “sobre” ela. A

população tem um conhecimento peculiar da sua realidade e sua troca com o gerado na universidade é fundamental para atender ou enfrentar as demandas reais da sociedade. Trata-se então, no caso em tela, de desenvolver diagnósticos e planos populares que considerem os espaços criados “por e para” as pessoas, permitindo que haja uma identificação dos moradores com o “novo lugar”, favorecendo assim a criação de lugares, ou seja, espaços com uma afirmação identitária da comunidade envolvida (AUGÉ, 1994).

O sítio eletrônico produzido tem por objetivo ser acessível à leitura de todos. Assim, o resultado gráfico produzido busca identificar de forma clara problemas, conflitos e possibilidades que emergem a partir, tanto das reuniões do Fórum de Luta pela Moradia e do Conselho Popular, como das visitas de campo, conforme exemplificado na metodologia. A seguir veremos os resultados iniciais da pesquisa.

3. O mapeamento como instrumento de luta: resultados iniciais

Conforme indicação anterior, todo o material levantado pelo grupo e seus parceiros - a cartografia, os diagnósticos populares e as informações (histórico, mapeamentos, delimitações, artigos e outros trabalhos realizados anteriormente) - é disponibilizado numa plataforma *online* e de fácil acesso, cujo objetivo é servir de meio de comunicação e reconhecimento entre as diferentes comunidades e, a partir daí, subsidiar os processos em que se encontram. Nesse contexto, o trabalho continuará se desenvolvendo por meio de um processo contínuo de alimentação da base de dados.

Ao longo do projeto, foram gerados históricos, mapeamentos e delimitações territoriais de 38 comunidades e/ou ocupações (ver tabelas 01, 02 e 03), distribuídas na região metropolitana do Rio de Janeiro, conforme Mapa 1.



Mapa 1: Localização das Comunidades assistidas pelo NEPHU/UFF. Fonte: Foto aérea do Google Earth modificada pelos autores em 2018. Disponível em: <<http://nephu.sites.uff.br/programa/mapeando-conflitos/>> Acesso em: 31 de jan de 2019.

Para elaborar os mapas, cada assentamento popular foi claramente localizado no território, sempre observando algumas informações técnicas básicas para orientar o mapa, tais como escala e nomenclatura. Destaque deveria ser dado à demarcação de cada comunidade ou ocupação, sempre consideradas no tecido urbano, ou seja, vistas como parte integrante da cidade. As delimitações das comunidades foram feitas por meio de entrevistas e de pesquisas em arquivos e nos trabalhos anteriores desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU-UFF).

Os históricos também foram recuperados através de pesquisas e entrevistas com os moradores e lideranças, a partir de um rol de perguntas que orientaram as entrevistas, uniformizando as informações a serem investigadas. Além disso, também foram disponibilizadas no site, anexos com notícias encontradas na internet ao longo dos anos e trabalhos realizados a respeito das comunidades.

Como parte do “Curso Experimental de Extensão: Diálogos sobre o direito à Cidade e Habitação Popular”, projeto vinculado ao Programa, foram realizadas oficinas na comunidade da Fazendinha, em Niterói, visando a elaboração de um diagnóstico popular. Foram diversos encontros em que ouvimos da população relatos que auxiliaram na localização geográfica dos conflitos que ocorrem em seu espaço físico (Foto 2 e Mapa 2).

Em Vila Ambrosina (Foto 03, Planta 1), por outro lado, uma oficina subsidiou o NUTH na elaboração da ação de usucapião coletiva, cujo objetivo era assegurar a permanência da ocupação. Todo esse material serviu de instrumento de luta pela igualdade de direitos, serviços e espaços na cidade.



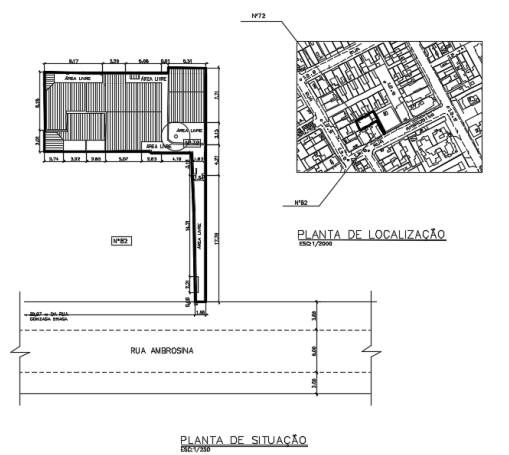
Foto 2: Oficina na Fazendinha, Arquivo do Nephu.
Data: 11 de out de 2018.



Mapa 2: Resumo do Diagnóstico Popular na Comunidade Fazendinha - Sapê, Niterói, 2018.



Foto 3: Oficina na Vila Ambrosina. Fonte: Arquivo NEPHU



Planta 1: Vila Ambrosina. Fonte: Arquivo NEPHU

Levantamentos realizados em Niterói				
Comunidades	Histórico	Foto aérea	Delimitação	Anexos
Beira Da Lagoa De Piratininga	✓	✓	✓	✓
Cantagalo	✓	✓	✓	✓
Castro Alves	✓	✓	✓	✓
Cocada	-	✓	✓	✓
Colônia de Pescadores da Ponta d'Areia	✓	✓	✓	✓
Fazendinha Sapê	✓	✓	✓	✓
Holofote	✓	✓	✓	✓
Jardim Boa Esperança	✓	✓	✓	-
Juca Branco	✓	✓	-	✓
Lara Vilela	✓	✓	✓	✓
Lazareto	✓	✓	✓	✓
Mama África	✓	✓	✓	✓
Monan	✓	✓	✓	✓

Morro da Chácara e do Arroz	✓	✓	✓	✓
Morro do Estado	✓	✓	✓	✓
Morro da Penha	✓	✓	✓	✓
Morro do Caranguejo	✓	✓	✓	✓
Morro do Palácio	✓	✓	✓	✓
Peixe Galo	✓	✓	✓	✓
Vila Ipiranga	✓	✓	-	✓

Tabela 1. Resumo dos levantamentos realizados no município de Niterói. Fonte: Arquivo NEPHU.

Disponível em: <nephu.sites.uff.br/programa/mapeando-conflitos/> Acesso: 10 jan de 2019.

Levantamentos realizados no Rio de Janeiro				
Comunidades	Histórico	Foto aérea	Delimitação	Anexos
Araçatiba	✓	✓	-	-
Arroio Pavuna	✓	✓	✓	✓
Barrinha (Victor Konder)	✓	✓	✓	✓
Estrada da Barra 182	✓	✓	✓	✓
Indiana	✓	✓	✓	✓
Horto	✓	✓		
Laboriaux	✓	✓	✓	-
Metro Mangueira	✓	✓	✓	✓
Pontal do Caeté	✓	✓	✓	-
Rádio Sonda	✓	✓	✓	-
Rio das Pedras	✓	✓	✓	✓
Vila Ambrosina	✓	✓	✓	✓
Vila Autódromo	✓	✓	✓	✓
Vila Hípica	✓	✓	-	-
Vila União de Curicica	✓	✓	✓	✓

Tabela 2. Resumo dos levantamentos realizados no município do Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo NEPHU.

Disponível em: <nephu.sites.uff.br/programa/mapeando-conflitos/> Acesso: 10 jan de 2019.

Levantamentos realizados em outros municípios do Rio de Janeiro				
Comunidades	Histórico	Foto aérea	Delimitação	Anexos
São Gonçalo				
Favela do Gato	✓	✓	✓	✓
Vila Esperança	✓	✓	✓	✓
Volta Redonda				
Ocupação Dom Waldyr	✓	✓	-	-
Maricá				
Zacarias	✓	✓	-	-
Itaboraí				
Engenho Velho	✓	✓	-	-

Tabela 3. Resumo dos levantamentos realizados em outros municípios do Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo NEPHU. Disponível em: <nephu.sites.uff.br/programa/mapeando-conflitos/> Acesso: 10 jan de 2019.

Cabe ainda ressaltar que, para o ensino da Arquitetura e Urbanismo, levantar e analisar os conflitos das comunidades significa uma oportunidade de compreender a realidade da luta pelo direito à moradia enfrentada por um significativo grupo de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro, que não é representada (assim como não apresentada) fielmente pela mídia

hegemonia e, muitas vezes, pelos órgãos de governo. A troca horizontal de conhecimentos com estes moradores propiciou uma forma de atuação voltada para o interesse social, o que exemplifica o papel não somente de professores e técnicos, como também a ser desempenhado pelos futuros profissionais que serão formados numa instituição pública de ensino superior.

3.1 Sítio Eletrônico

A organização dos dados foi feita a partir da disponibilidade das plataformas oferecidas pelo Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) da UFF. Tal núcleo forneceu quatro tipos de apresentação para os sites institucionais, que foram analisadas pela equipe, considerando as demandas para melhor sistematização das informações, isto é, permitisse serem acessadas da maneira mais clara possível.

Desse modo, como é possível perceber na imagem 1, o modelo adotado divide a plataforma em quatro vertentes principais: o Programa (Imagem 2), que traz a contribuição das diferentes disciplinas envolvidas no trabalho desenvolvido e os diferentes projetos existentes; Movimentos Populares (Imagem 3), onde é possível acessar páginas referentes ao Fórum de Luta pela Moradia e ao Conselho Popular; Mapeando Conflitos (Imagem 4), dividido a partir das cidades onde as comunidades e ocupações foram mapeadas, reunindo todo o conteúdo levantado pela equipe; e Curso de Extensão (cf. Imagem 5), onde são apresentados os módulos teórico e prático da experiência e os produtos elaborados pelos alunos.

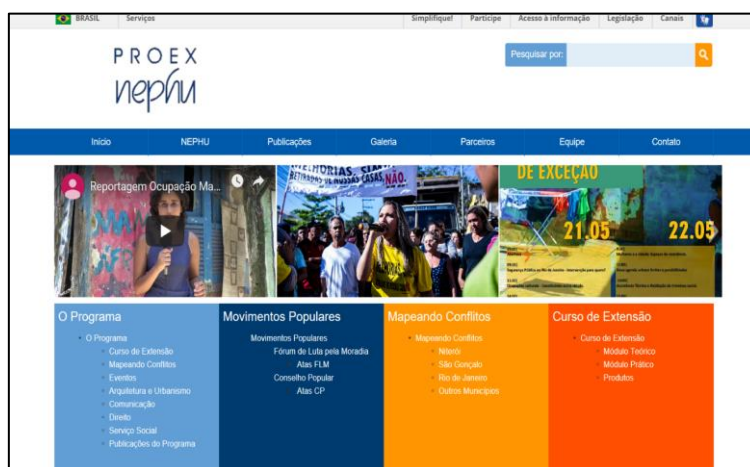


Imagem 1: Abertura do Site. Disponível em: <nephu.sites.uff.br> Acesso em: 10 de jan de 2019.

O site também traz em sua página principal um menu superior, onde se encontram as informações gerais sobre o NEPHU, ou seja, o que é o Núcleo, contatos, parceiros e trabalhos publicados. Além disso, as notícias acerca da questão habitacional são divulgadas na página e há um campo disponível para realização de contatos com a equipe, o que foi considerado primordial para facilitar a comunicação entre o Núcleo e qualquer interessado no trabalho.

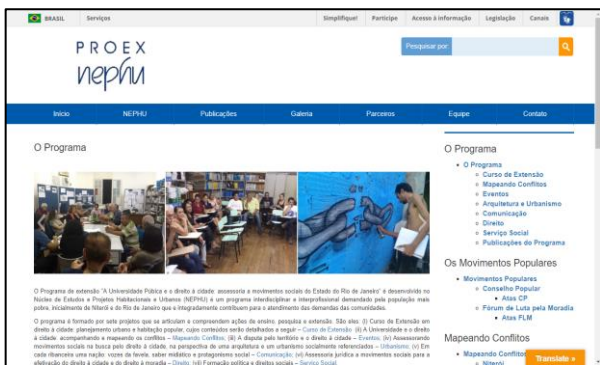


Imagem 2: Site do NEPHU/Programa. Disponível em: < <http://nephu.sites.uff.br/programa/>> Acesso em: 10 de jan de 2019.

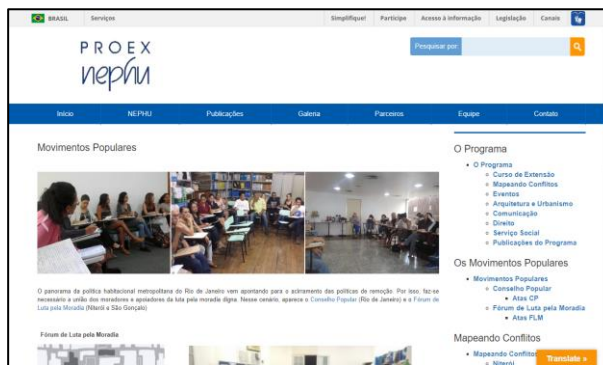


Imagem 3: Site do NEPHU/Movimentos Populares. Disponível em: <nephu.sites.uff.br> Acesso em: 10 de jan de 2019.

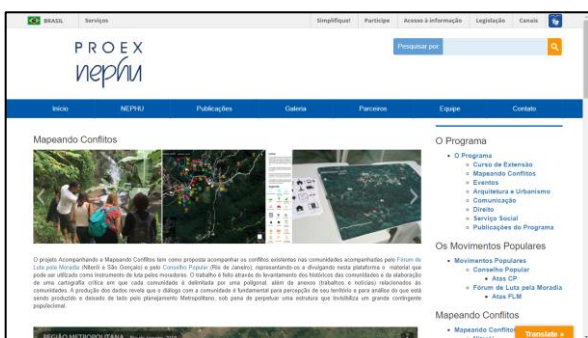


Imagem 4: Site do NEPHU/Mapeamento dos Conflitos. Disponível em: <nephu.sites.uff.br/programa/mapeando-conflitos/> Acesso em: 10 de jan de 2019.

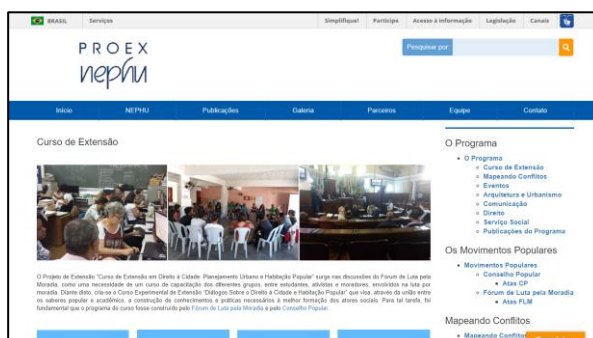


Imagem 5: Site do NEPHU/Curso de Extensão. Disponível em: <nephu.sites.uff.br/programa/curso-de-extensao/> Acesso em: 10 de jan de 2019.

A partir da disponibilização de históricos e mapeamentos das comunidades, é válido analisar mais atentamente o conteúdo denominado “Mapeando Conflitos”. O projeto é apresentado no primeiro link, que contém um mapa com as comunidades demarcadas na Região Metropolitana e um resumo dos dados obtidos. Através da divisão inicial entre as cidades que participam do Fórum de Luta pela Moradia (Niterói e São Gonçalo) e do Conselho Popular (Rio de Janeiro), além de outros municípios, é possível chegar até a página de cada comunidade levantada, onde se encontram os mapas realizados, históricos, notícias e trabalhos relacionados. A experiência da comunidade Fazendinha será detalhada em um futuro trabalho (Mapa 2).

Assim, após a organização e levantamento da maior quantidade de conteúdo possível, o site tomou forma e, posteriormente, foi lançado e divulgado no final do ano de 2018. A ideia era uma plataforma simples e com conteúdo que pudesse auxiliar moradores e interessados, estando sempre aberto a sugestões de modificações e acréscimos.



Imagem 6: Lançamento do Site do NEPHU. Fonte: Autores, Arquivo do NEPHU.



Foto 1: Lançamento do Site. Fonte: Autores. Data: 20 de dez 2018.

O lançamento da plataforma foi feito em 20 de dezembro de 2018 na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (Imagem 6 e Foto 1), num evento em que ela foi apresentada ao público. No encontro foi possível explicar sua montagem e estrutura, bem como os objetivos da equipe com a sua criação. Nessa oportunidade, computadores foram disponibilizados ao público para o manuseio, oportunidade essa que propiciou um primeiro *feedback*, com a elucidação de dúvidas e o acolhimento de sugestões. Além disso, houve a divulgação do endereço eletrônico através das redes sociais — Facebook e Whatsapp — para os principais interessados: os moradores das comunidades assessoradas, mas também para a comunidade acadêmica. Conforme indicação anterior, a plataforma é constantemente atualizada com novas notícias e dados.

Considerações Finais

Ao longo do trabalho, foi de grande relevância a leitura de textos acadêmicos que deram base para um olhar crítico sobre o assunto, assim como o aprendizado de novos programas de informática que serão certamente aproveitados na continuidade deste e também em outros futuros trabalhos.

Durante o processo de pesquisa e construção do sítio ficou claro que sua contínua alimentação potencializa sua utilização enquanto uma ferramenta de luta e de difusão de saberes cujos conteúdos poderão ser continuamente acessados por diversos grupos sociais envolvidos nas lutas pela moradia e pelo direito à cidade. Na próxima fase do projeto, pretende-se priorizar a classificação dos conflitos por tipo, por seu agente e sua materialização.

A continuidade do projeto tem como um dos seus principais objetivos a elaboração de um acervo de mapas, os quais serão disponibilizados para a ampla utilização, entre outras, para divulgação de informações, para seu uso em processos de reurbanização de áreas e delimitações de AEIS, conforme ocorreu quando da criação da AEIS de Castro Alves ou mesmo da construção do diagnóstico da Fazendinha. Uma projeção futura seria tornar a plataforma interativa, onde os moradores pudessem apresentar suas reivindicações e sugestões, bem como disponibilizá-la em formato de aplicativo para celulares.

Cabe também destacar que a produção de mapas populares desenvolvidos a partir de visitas de campo, pesquisas em artigos acadêmicos e/ou entrevista com moradores, acaba fortalecendo as iniciativas de comunidades na sua busca por uma cidade mais justa e igualitária, contribuindo para suprir de forma mais clara suas demandas. Esses elementos se somam aos diagnósticos técnicos, transformando-se também em importante instrumento para tais lutas.

Por outro lado, a realização de entrevistas, voltadas para a reconstrução do histórico das comunidades objeto desta pesquisa, possibilita o resgate e a divulgação de um conhecimento organizado que boa parte delas ainda não possuía, constitui-se em importante meio de divulgação da história das comunidades, o que normalmente é de difícil acesso tanto para os moradores, quanto para interessados no assunto, além ser um veículo de divulgação de notícias, reuniões e movimentos recentes, contribuindo assim para visibilizar suas lutas e demandas.

Enfim, são muitas as possíveis utilizações do conteúdo do sítio, especialmente como mais um instrumento para respaldar a luta pelo direito à cidade e moradia digna na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Por fim, cabe destacar conforme aponta BIENENSTEIN G. (et al, 2017) que é interessante a importância de se pensar a Universidade para além dos modelos meramente estéticos e de mercado que estão no senso comum, compreendendo sua função social e importância na qualidade de vida das pessoas. É primordial para a formação das lideranças comunitárias, profissionais e estudantes a experiência de pensar a cidade desvinculada de tais interesses, especialmente no âmbito da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Referências Bibliográficas:

- AUGÉ, Marc. Não Lugares - Introdução À Uma Antropologia da Supermodernidade. tradução: Maria Lúcia Pereira; Campinas – SP: Papyrus, 1994.
- BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, M. M. Daniel. Universidade e luta pela moradia. 1ª edição - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- _____, Glauco. Globalização e Metrópole: a relação entre as escalas global e local – o Rio de Janeiro. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2001.
- CÂMARA, Breno Pimentel; Conflitos urbanos no Rio: mapear a desigualdade, colecionar lutas. In: OLIVEIRA, Fabricio Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. (Orgs.) Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- KATUTA, Ângela Massumi. A(s) natureza(s) da cartografia. Paraná, Revista Geograficidade | v.3, Número Especial, Primavera, 2013.
- SIMMEL, G., A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.), Simmel. São Paulo: Ática, 1983.

SWYNGEDOUW, E. "Neither Global nor Local "Glocalization" and the Politics of Scale". In: **Spaces of Globalization: reasserting the power of the local**. Edited by Kevin R. Cox. New York: The Guilford Press, 1997, p. 139 e 142.